



Dia Internacional da Mulher

“Mulheres em luta: o lucro não Vale a vida”

Reforma da Previdência (PEC 6/2019) ataca mulheres



62 anos de idade e 40 anos de contribuição.

Aumento da idade e tempo de contribuição

- A idade mínima subiu para 62 anos
- Tempo de contribuição mínima: 20 anos
- Benefício integral somente com idade mínima e 40 anos de contribuição.

Trabalhadoras rurais

- A idade passou de 55 para 60 anos
- Tempo de contribuição passa de 15 para 20 anos
- Pensão por morte cai para 60%, não acumula benefício.



Professoras

- Idade mínima: 60 anos
- Tempo de contribuição: de 25 para 30 anos
- Pela proposta, não existe mais aposentadoria por tempo de contribuição.

Idosas

- Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobe de 65 para 70 anos. O benefício para ambos os sexos entre 60 e 70 anos será apenas de R\$ 400,00.
- De golpe em golpe, as trabalhadoras, as mulheres são as maiores vítimas.



Luta de Padre João a favor dos atingidos por Barragens



Padre João sempre esteve na luta em defesa das famílias atingidas por barragens. Desde 2002, quando assumiu o mandato de deputado estadual lutou pelo reassentamento, pelas indenizações, moradia e plano de reativação econômica das famílias atingidas pelos projetos de construção de

usinas hidrelétricas, como: Candonga, em Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce; Usina de Fumaça, em Diogo de Vasconcelos; Usina de Furquim, em Mariana; Usina de Aimorés e Itueta; Usina de Baguari, em Governador Valadares; Usina de Irapé, no rio Jequitinhonha; Usina de Itapebi, em Salto da Divisa; Usina de Braúna, em Laranjal; Usina do Funil, em Lavras/Perdões e Caldas.

Mariana e Brumadinho

Padre João atuou e continua atuando em favor das vítimas do crime da Samarco (Vale/BHP Billiton) em Mariana, toda extensão da bacia do Rio Doce e pelas vítimas de Brumadinho. Luta pelos pescadores, agricultores familiares, areieiros, índios, quilombolas e garimpeiros. Reuniões, audiências públicas,



diligência da Comissão de Direitos Humanos, projetos e pronunciamento nas Comissões e no Plenário e luta pela criação da Comissão Parlamentar Mista - CPMI, pra investigar o crime da Vale em Brumadinho. “O golpe foi dado pra isto, para arrebentar com o povo brasileiro, retirar direitos e entregar nosso país à fome do capital internacional. Não vou me calar diante destas injustiças, chega de crimes, mortes, de intolerância e de impunidades”, afirma Padre João.

Crimes e impunidade

2001 - Rompimento da barragem da Vale em Macacos/Nova Lima: matou cinco pessoas.

2003 - Rompimento da barragem em Cataguases: 1,2 bilhões de litros de rejeito tóxico: morte do Rio Pomba e Paraíba do Sul.

2006 e 2007 - Rompimento da barragem em Mirai: morte do Rio Muriaé e Paraíba do Sul.

2014 - Rompimento da Barragem em Itabirito: morte de duas pessoas.

2015 - Barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton) mata 19 pessoas e a bacia do Rio Doce e parte do Oceano Atlântico.

2019 - Barragem da Vale mata 310 pessoas em Brumadinho, os rios Paraopeba e São Francisco.

A Vale tem barragens em MG com até 33 vezes maior volume do que a de Brumadinho. Itabira, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Barão de Cocais, Nova Lima e Santa Bárbara estão rodeadas de barragens.

Código da Mineração

Como deputado federal, Padre João apresentou 19 emendas ao Novo Código da mineração quando da sua tramitação na Câmara dos Deputados. Elas visavam proteger as populações na área do entorno, os trabalhadores das minas, o meio ambiente, as comunidades tradicionais e indígenas, áreas de preservação permanente e sítios arqueológicos.

O Código foi retirado de pauta e o governo modificou a legislação por meio de Medida Provisória.



Projetos de Padre João em favor dos atingidos

PL 66/2003

Regulamentou o art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios.

Situação: Aprovado Lei 15012/2004



PL 642/2007

Institui a política estadual de apoio às comunidades atingidas pela construção de barragens.

Situação: Não foi aprovado.



PL 265/2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de garantia real, por parte de empreendimentos econômicos, nas hipóteses de risco iminente ao meio ambiente e à população. Seria uma espécie de cheque caução.

Situação: Não foi aprovado



PL 1751/2004

Institui a exigência de certidão negativa de débito socioambiental nos processos de licenciamento ambiental. Se a empresa tivesse alguma multa e problemas ambientais pendentes, não teria licença.

Situação: Não aprovado.

“Enquanto a maioria dos deputados forem comprometidos com o capital enfrentaremos dificuldades para aprovar leis em benefício do povo.”



“Chega de machismo, violência, feminicídio, preconceitos, desigualdades. Chega de destruição e mortes. Chega de crimes e impunidade das mineradoras. Este modelo de produção é insustentável e assassino. Precisamos cuidar da mãe terra, das águas, das florestas, das pessoas, da vida. O lucro não Vale a vida.”

Deputado Federal Padre João



 @padrejoao  @dep_padrejoao  deppadrejoao  @dep_padrejoao  (31) 99974-2304 www.padrejoao.com.br

Gabinete de Brasília/DF

Câmara dos Deputados, Anexo 4,
7º Andar Gabinete 743. Cep: 70160-900
Telefone: (61)3215-5743
(61)3215-2743

dep.padrejoao@camara.leg.br

Escritório de Belo Horizonte MG

Rua Rio Claro, 25. Prado -
Cep: 30411-148
Telefones: (31) 2511-9810
(31) 2511-9808

padrejoao@padrejoao.com.br

